

História e movimentos sociais: a vida, a História e a Democracia¹

History and social movements : the life, history and Democracy

Paulo Pinheiro Machado²

Resumo: O artigo analisa a relação entre a História e os movimentos sociais, particularmente do meio rural no sul do Brasil. Aponta as contradições e ambiguidades entre a ciência e o mundo real, além de indicar os problemas e desafios colocados para a educação e a memória pela precariedade da democratização da sociedade brasileira.

Palavras-Chave: Movimentos Sociais, Democracia, História

Abstract: The article analyzes the relationship between history and social movements, particularly the rural areas in southern Brazil. Points out the contradictions and ambiguities between science and the real world, in addition to indicating the problems and challenges to education and memory by the precariousness of democratization of Brazilian society.

Keywords: Social Movements, Democracy, History

Em 1980, com a ocupação da Fazenda Burro Branco, no Município de Campo Erê, no oeste catarinense, por mais de 200 famílias de agricultores, ficou demonstrado que a luta pela terra não estava apenas viva, mas se convertera em importante caminho para busca de democratização da sociedade brasileira. A fazenda de mais de 2.000 ha estava praticamente abandonada pelos proprietários. Os herdeiros viviam há mais de 20 anos uma luta judicial pela sucessão.³

A ocupação de Burro Branco por famílias de agricultores pobres demonstrou que os incidentes de Ronda Alta e Encruzilhada Natalino, ocorridos nos dois anos anteriores, no norte do Rio Grande do Sul, não eram episódios isolados, como também não estavam isolados os movimentos dos agricultores da região do Bico do Papagaio, no Araguaia, os colonos do oeste do Paraná e os atingidos por barragens no vale do rio Uruguai e em todo o país.⁴ Todos estes grupos eram parte de um grande processo social de luta que envolveu trabalhadores rurais em todos os Estados da Federação, antes mesmo da fundação do MST, em 1984. Para

¹ O presente texto foi proferido na conferência de abertura XVI Encontro Estadual de História – ANPUH-SC, no dia 07 de junho de 2016.

² Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, Pesquisador em Produtividade de Pesquisa II do CNPQ. Contato: paulo.pinheiro.machado@ufsc.br O presente artigo é uma versão revisada da Conferência proferida na abertura do XVI Encontro Estadual de História, promovido pela ANPUH-SC e pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul, ocorrido em Chapecó, em de junho de 2016.

³ Mais detalhes sobre o episódio de ocupação da Fazenda Burro Branco podemos acessar em MELO, Cristiane Dias de “A ocupação da Fazenda Burro Branco: história, memória e posições – 1980” IN Cadernos do CEON, ano 21, n. 29, disponível em <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/335/405>

⁴ A luta pela terra na virada da década de 1970 para 1980 foi estudada por muitos autores, entre eles FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (orgs.) Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. A diversidade das formas das lutas no campo. Vol. 2 São Paulo\Brasília: Ed. UNESP\NEAB, 2009.

quem circulava pelas estradas a visão de acampamentos de lona de plástico nas áreas de domínio das BRs era recorrente. Abaixo das lonas viviam famílias que recebiam os visitantes com uma cuia de chimarrão, um café, numa roda de fogo de lenha com os corações cheios de energia e esperança.

Ficava claro que estes movimentos foram uma forte reação popular a duas décadas de uma política agrária centralizadora e excludente. Durante a Ditadura militar o meio rural sofreu um acelerado processo de modernização técnica, intensos investimentos públicos e subsídios para grandes empresas se instalarem em extensas áreas. Houve uma verdadeira união entre o capital e o latifúndio. O empresariamento do meio rural via financiamento de bancos públicos e estímulo à industrialização da agricultura foi propagandeado como meio de superação do atraso e do subdesenvolvimento.

No sul do Brasil, uma política sanitária intensiva forçou vários pequenos agricultores e criadores a se integrarem à agroindústria, episódio que ficou claro no combate a chamada “peste suína africana”, entre 1979 e 1985. Suinocultores não poderiam mais criar seus animais sem a supervisão de veterinários e sem atender a uma série de exigências materiais, frequentemente distantes das possibilidades econômicas dos agricultores familiares. Na avicultura, na cultura fumageira e em outras áreas houve uma crescente subordinação do trabalho camponês à agroindústria. Em alguns momentos esta integração com a indústria foi promovida e facilitada por cooperativas, mas logo estas instituições assumiram uma racionalidade empresarial, distanciando-se de seus cooperados e convertendo-se em intermediárias no processo de sujeição e de transferência de renda do campo para a cidade.

A união da ciência, do Capital e do Estado produziu um processo crescente de concentração fundiária, êxodo rural e subordinação acelerada dos agricultores familiares à agroindústria. O crescimento e a modernização agrícolas ocorridos durante a Ditadura não significaram uma melhoria de vida aos trabalhadores rurais. Muito pelo contrário. A industrialização da agricultura estimulou a exportação de *commodities* como soja, carne, algodão, café e milho, artigos que ganharam grande espaço na pauta de exportações, responsáveis por gerar divisas. A intensificação do emprego de alta tecnologia na monocultura exportadora, que prometia “progresso”, resultou numa renda que foi extraída do meio rural com altíssimo custo social e ambiental.

Internamente, a agricultura familiar, que sobreviveu em muitas regiões, deveria produzir alimentos a baixo custo, para viabilizar o arrocho salarial no meio urbano. Restou aos agricultores pobres o endividamento, a expropriação, a migração para as cidades, onde

viveriam em barracos com tetos de zinco, além de sofrer com intoxicação por venenos aplicados na lavoura.

Os governos militares, atentos às tensões no meio rural, procuraram oferecer o centro-oeste e a Amazônia como regiões de colonização abertas aos agricultores que sofriam dificuldades em outras regiões, como uma válvula de escape. As agro-vilas planejadas ao longo da estrada Transamazônica tinham este objetivo. O governo federal chamava estes projetos de colonização como “Reforma Agrária”. Mas esta colonização foi mais aceleradamente concentradora de terras. Milhares de agricultores ficaram atirados na Amazônia, sem condições de comercialização de suas safras, vivendo na pobreza e sofrendo várias doenças. Logo gigantescos latifúndios se formaram na região, reduzindo agricultores pobres e indígenas à trabalhadores forçados, em regime análogo à escravidão. Apenas para a construção de estradas na região amazônica estima-se que mais de 8 mil indígenas foram mortos nas décadas de 1960 e 1970.⁵ Estas experiências dramáticas chegavam ao conhecimento dos agricultores do sul do Brasil, que passam a ver com receio a tal promessa de Reforma Agrária na Amazônia.

Este quadro de crescimento econômico e concentração fundiária era visto pelas ciências humanas, no início da década de 1980, como de consolidação do capitalismo no campo, onde caberia, cada vez mais, uma luta por melhores condições de trabalho e salário, tal como o operariado urbano, sendo incabível uma volta ao passado, que seria a retomada da luta pela terra.⁶ A palavra *camponês* havia caído em desuso, remetia a situações pretéritas. A bandeira da Reforma Agrária não poderia mais dizer respeito a um país modernizado. Bastava a aplicação da legislação trabalhista no campo.

No entanto, o movimento social contrariou as previsões acadêmicas e a luta pela terra recobrou energia e empenho social reais, concretos. Os movimentos sociais demonstraram claramente que não apenas impulsionam a luta pela democratização da terra e da sociedade, mas também impulsionam a ciência e os estudos acadêmicos. A força social do campesinato lembrou que o acesso a terra não é apenas um fator econômico, mas significava a possibilidade de maior autonomia e segurança à família camponesa. Atualmente há uma recuperação do conceito de camponês, não mais remetendo ao passado, mas para dar conta das relações familiares e da dinâmica de sobrevivência no campo, que muitas vezes comporta

⁵ Estes dados foram estimados pela Comissão Nacional da Verdade tendo como base, para os anos 1960, o Relatório Figueiredo, recém localizado no Museu do Índio.

⁶ Esta avaliação já estava presente em PRADO JR, Caio **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1966, mas também aparece de forma clara em SILVA, Graziano José da. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

em utilizar, de forma combinada, profissões que antigamente eram essencialmente urbanas associadas ao trabalho rural de parte da família, mas mesmo esta nova condição, que esfumaça os limites entre o rural e o urbano, não dá como terminada a luta pela terra.⁷

O mesmo pode ser considerado a respeito da persistência do racismo na sociedade brasileira e na luta por sua superação. Vem desde o período colonial a desqualificação do povo brasileiro. Como indígenas, negros, mestiços e brancos pobres podem construir uma nação? Para muitos governantes a desqualificação do povo brasileiro, principalmente a que foi apoiada pelo racismo contra a parcela majoritária da população de origem africana e indígena, justificou discursos de modernização que excluía estes condenados da terra de qualquer projeto de desenvolvimento. A subalterização da população nacional foi objeto de estudos científicos, que selaram o destino de marginalização que só cresceu ao longo do século XX. Gilberto Freyre, preocupado em combater uma visão preconceituosa contra as populações de origem indígena e africana, consolidou a visão patriarcal de democracia racial – o que mantinha o *status quo* de marginalização e subalterização de milhões de brasileiros e brasileiras. O racismo teve que ser socialmente combatido até que o mundo acadêmico se tocasse da necessidade de refletir sobre esta cruel realidade. Só muito recentemente algumas políticas de ações afirmativas tentam, timidamente, reverter este processo.

É um exemplo muito claro disto a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, ao longo do Rio do Peixe e em seu ramal de União da Vitória até o porto de São Francisco, nas primeiras décadas do século XX. A ferrovia chegou para modernizar, mas fez isto expulsando a população nativa, liquidando a floresta existente e vendendo lotes de terras para imigrantes europeus. Os terrenos mais valorizados e melhor atendidos por transporte ficariam de posse dos novos habitantes.

A política modernizadora colocada em marcha com a ferrovia não era destinada à população nacional, mas sim para imigrantes europeus e seus descendentes. O movimento do Contestado foi uma afirmação dos direitos dos expropriados da terra que, mesmo nestas condições, não criaram nenhum discurso xenofóbico, pelo contrário, procuraram agregar os imigrantes e seus descendentes em seu projeto de nova sociedade na construção da utopia das Cidades Santas.⁸

⁷ Sobre esta nova condição do campesinato brasileiro ver WANDERLEY, Maria Nazareth B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v.52, p.25-44, 2015.

⁸ Mais detalhes sobre o movimento social sertanejo do Contestado podemos ver em VINHAS DE QUEIROZ, Maurício, **Messianismo e conflito social: a Guerra Sertaneja do Contestado (1912-1916)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966; MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século**. São Paulo: Duas Cidades, 1974 e PINHEIRO MACHADO, Paulo. **Lideranças do Contestado**. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

Como parte das demandas para a democratização da sociedade brasileira, a introdução dos estudos sobre história e culturas indígena e africana, além dos estudos de relações de gênero, muito recentes e ainda longe de estarem plenamente estabelecidos em nossas Universidades e na nossa rede escolar, são pontos relevantes para o desenvolvimento mais recente de nossa historiografia. Não há como construir um projeto de nação se o povo não se reconhece em sua diversidade e se não são construídos referenciais positivos entre personagens e narrativas de momentos decisivos de nossa história. É fundamental que a democracia se assente no respeito à diversidade e à pluralidade.

Mas estas visões hoje correm sério risco. Não são poucos os religiosos fundamentalistas a empunhar campanha contra o ensino de histórias e culturas indígena e africana, como se fossem apologia de entidades demoníacas. O ataque à laicidade do estado e da educação é uma grande ameaça de nosso tempo. Ameaça não só a ciência como também a própria liberdade religiosa, liberdade não apenas para as religiões cristãs, mas para todos os cultos e inclusive para quem não tem religião.

O projeto de “Escola sem partido” parte do princípio de que a atividade docente deve ser alvo de vigilância policial do Estado. Pelos projetos que estão se apresentando nesta área, um delegado de polícia poderá interpretar se um professor está desenvolvendo uma atividade “ideológica” com seus alunos. Não há dúvidas de que os principais alvos são os professores de História e Geografia, geralmente os principais responsáveis por um debate mais crítico dentro das escolas públicas e particulares. Mas o ataque é contra a educação como um todo.

Todos sabemos que não há como separar ideologia de ciência e nem como desvinculá-la da educação. O discurso de que só possui ideologia os que criticam a sociedade é extremamente perigoso. A tentativa de fazer com que a escola seja tutelada pelas famílias, que aprovariam ou não os conteúdos e abordagens é uma verdadeira apologia do *status quo*, da manutenção das desigualdades, da reprodução dos preconceitos no meio escolar, ambiente assim construído para a manutenção do desprezo de classe, do racismo, do machismo e da homofobia. Se a educação renunciar a tratar destas questões, renunciando seu papel republicano de ser uma introdução à vida social, poderemos viver um retrocesso civilizatório sem precedentes.

Como chegamos a esta situação? Porque há pessoas que defendem a volta da Ditadura e uma série de medidas sociais e educacionais restritivas. Precisamos refletir sobre a dificuldade do Brasil em lidar com sua História, é importante avaliar a permanência de estruturas que foram criadas e acentuadas durante o regime militar. A própria política

agrícola, concentradora e excludente estruturada durante a Ditadura Militar, em que pese a resistência dos agricultores familiares, indígenas e sem-terras, é ainda predominante.

O medo de mexer com o passado ficou documentado com a Lei de Anistia, em 1979, que blindou os militares e seus colaboradores imediatos, mesmo os que praticaram crimes contra a humanidade como torturas, assassinatos, sequestros e ocultação de cadáveres. A derrota do movimento pelas “Diretas Já” representou a construção do caminho da transição, lenta, gradual e segura, conforme já era previsto pelo General Golbery. Não uma transição da Ditadura para a Democracia, mas uma transição transacionada, onde os trãnsfugas do antigo regime agora pousavam como democratas e partilhavam o poder com setores que vinham da oposição.

Neste momento houve uma captura da agência e da lógica que vinha norteando a luta pela democratização. Os brasileiros foram ficando, cada vez mais, expectadores dos principais acontecimentos políticos. Apesar do anti-clímax da ação do “centrão” na assembleia constituinte, a Constituição de 1988 demarcou um conjunto de direitos e conquistas importantes mas, ao mesmo tempo, tornou o processo de democratização incompleto por não completar o desfecho político da Reforma Agrária, por não mexer nos crimes e nem nos fundamentos do Estado estruturado durante a Ditadura. A estrutura judiciária que conviveu, legitimou e incensou a Ditadura, não só permaneceu intacta como ganhou mais força e autonomia. Esta autonomia frequentemente privilegiou o poder interno de grupos oligárquicos numa estrutura não-eleita, sem nenhuma mediação popular.

A concentração da propriedade dos principais meios de comunicação nas mãos de poucas famílias, a manutenção das Forças Armadas como garantidoras das Instituições e a formação de oficiais ainda dentro da mentalidade da Guerra Fria, sem assumir os crimes cometidos durante a Ditadura, fizeram com que o passado não se desapegasse do presente. O antigo regime continuou convivendo com uma normalidade democrática limitada, onde o padrão político do arcaísmo se reproduz nos parlamentos e em todas as Instituições. O refluxo dos movimentos sindical e popular nos anos 1990, associado às políticas neoliberais, diminuíram as expectativas e o horizonte de conquistas sociais, muito mais vastos na década anterior.

A Comissão Nacional da Verdade apurou o número de 434 mortos e desaparecidos durante a Ditadura Militar. O número não parece muito expressivo, principalmente se comparado aos países vizinhos que viveram ferozes períodos de Ditadura, mas a herança da Ditadura é muito maior que as mortes: quantos milhões foram expulsos do campo? Quantos

viveram um longo período de arrocho salarial, mordança e censura? Quantos jovens foram tolhidos em sua liberdade de criação e expressão, quantos exilados?

A Comissão Camponesa da Verdade, que apurou os crimes praticados no meio rural com uma metodologia diferente, ou seja, não apenas a morte provocada diretamente por agentes de Estado, mas também os atos de omissão, conluio, acobertamento e privatização da ação do Estado, na qual o latifúndio funcionou como um braço privado antes, durante e depois da ditadura civil-militar de 1964, que crimes estes que converteram o Estado um agente violador. Foram apurados 1196 mortos e desaparecidos no meio rural. Mas nos relatórios das duas comissões uma questão salta aos olhos: a violência na sociedade brasileira apenas se intensificou durante a Ditadura Militar, mas ela foi forte antes e depois deste período, incluindo os nossos dias.

O que é particularmente grave é que desde 1988 continuam e crescem as mortes de sem-terras, indígenas, sindicalistas, pescadores e trabalhadores extrativos. Em Corumbiara, Rondônia, um grupo de jagunços associados a policiais à paisana dirigiram-se na madrugada do dia 9 de agosto de 1995 a fazenda Santa Elina, ameaçada de ocupação pelos sem-terras, e abriram fogo contra as famílias acampadas. Mais de 10 mortos (incluindo um menino de 9 anos), além de 7 desaparecidos e dezenas de feridos. Até hoje nenhum criminoso foi condenado. Um dos maiores massacres ocorreu em Eldorado dos Carajás, no sul do Pará, em 1997, onde uma força da polícia militar paga por um fazendeiro local investiu contra 1.500 sem-terras que estavam acampados na estrada pedindo pela desapropriação das terras da fazenda Macaxeira. Foram 19 mortos e centenas de feridos. Apenas dois comandantes da PM do Pará foram condenados, só em 2012, isto depois de vários julgamentos que escandalizaram a opinião pública nacional e internacional pela impunidade dos agentes do Estado e pela leniência com este tipo de violência por parte das autoridades judiciárias.

O número de mortes é interminável, mais recentemente, em 7 de abril de 2016, no município de Quedas do Iguaçu, Paraná, dois agricultores sem-terras foram mortos e outros sete foram feridos por policiais e seguranças da empresa Araupel. Nenhum responsável está preso e o inquérito, realizado pela Polícia Federal a pedido do Ministro da Justiça, ainda não foi concluído.

Atualmente, no sul do Brasil, há um grande número de assentamentos da reforma agrária que fazem referência à História e à memória da Guerra do Contestado. Há uma recuperação de narrativas de combates do conflito e de personagens importantes, como os monges João e José Maria, as virgens Teodora e Maria Rosa, os comandantes Chiquinho

Alonso, Elias de Moraes e Adeodato. É obvio que as condições históricas e sociais da luta pela terra hoje são muito distintas do início do século XX, mas este relampejo com o passado, fruto de uma empatia com os de baixo, como diria Walter Benjamin, esta recuperação de experiências e lutas dos sertanejos das Cidades Santas, que lutavam por um regime de justiça e bem estar, são aspectos importantes do processo de construção da democracia brasileira. Esta se encontra sim em situação muito difícil, mas não temos dúvidas de que os que moram sob lonas de plástico ou sob telhas de zinco jamais esquecerão de seus antepassados, de seus mortos; nós historiadores estaremos lutando para lembrar, e este é o caminho da liberdade e da democracia! Vale a pena continuar lutando!